ESTADO DE MINAS

Publicado em 23/11/2022 - 05:55

PL pede ao TSE para invalidar votos de urnas antigas no 2º turno. Moraes pode indeferir

PL pede ao TSE anulação dos votos de 280 mil urnas

Brasília – Legenda do presidente Jair Bolsonaro, o Partido Liberal apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a anulação dos votos de 279.336 urnas eletrônicas, que são modelos anteriores a 2020. No documento, o partido diz que houve falhas insanáveis, que colocaram em risco o resultado da eleição entre o atual chefe do Executivo e o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O texto ainda cita um relatório de auditoria que apontava fragilidade de tecnologia da informação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para colocar em dúvida a segurança da votação. Os supostos problemas teriam sido registrados nos arquivos "logs de urna", que configura "verdadeiro código de identificação da urna eletrônica". O presidente do TSE deu 24 horas para o PL incluir na petição os dados da auditoria também no primeiro turno das eleições sob pena de indeferimento inicial.

Durante entrevista coletiva no Centro de Convenções do Brasil 21, em Brasília, o presidente do PL, deputado federal Valdemar da Costa Neto, afirmou: "Não somos especialistas em segurança de dados, por isso fomos atrás de técnicos que fizessem esse trabalho para garantir a transparência do processo eleitoral. Até porque eu, Valdemar, fui eleito com urna eletrônica, e a bancada do PL foi eleita por urna eletrônica".

"O quadro de atraso encontrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referente à implantação de medidas de segurança da informação mínimas necessárias gera vulnerabilidades relevantes. Isso poderá resultar em invasão interna ou externa nos sistemas eleitorais, com grave impacto nos resultados das eleições de outubro", afirmou Costa Neto também.

Em pronunciamento na terça-feira, Valdemar Costa Neto anunciou que entraria com pedido no TSE para requerer informações sobre os resultados obtidos em relatório produzido por técnicos contratados pelo partido. Ele estava acompanhado por um advogado e um engenheiro. Carlos Rocha, apresentado por Costa Neto como engenheiro responsável pelo relatório, disse que o propósito do trabalho é contribuir com o fortalecimento da democracia no Brasil e, em seguida, elencou o que foi apontado como uma inconsistência na apuração das urnas eletrônicas.

Segundo Rocha, o TSE libera três tipos de informação após a votação, e, a partir delas, os partidos podem fazer uma relação entre o registro dos votos e a numeração de cada urna. Sem citar um número específico de ocorrências ou atribuir significado a elas, o engenheiro apontou que houve inconsistências que não permitiram vincular as atividades e os equipamentos.

"É impossível associar o registro de cada atividade ao equipamento físico. Isso evidentemente se tornou um problema, porque é muito desagradável ter esse indício de mau funcionamento, porque gera incerteza [...] Queríamos discutir com o TSE, e existe a previsão de se fazer uma verificação extraordinária após o pleito", afirmou. O engenheiro disse ainda que as inconsistências foram verificadas apenas em urnas fabricadas até 2015, são 59,2% do total. Em equipamentos fabricados a partir de 2020 (40,8%) não foi diagnosticado o problema.

Após a fala do engenheiro, o advogado Marcelo Bessa afirmou que a inconsistência alegada pelo partido não significa a ocorrência de fraudes no processo eleitoral, mas sim de "fragilidade". Bessa complementou a justificativa trazendo dados sobre os resultados das urnas que o partido colocou em xeque. Segundo o advogado, o relatório mostra que as urnas anteriores a 2015 deram vitória a Lula por um cenário aproximado de 52% contra 47% de Bolsonaro, enquanto o candidato derrotado no pleito venceu com 51% dos votos nos equipamentos produzidos a partir de 2020.

Carlos Rocha disse que outros problemas foram detectados pelo relatório, sem especificá-los. O único ponto apresentado pelo engenheiro foi a possibilidade de que o sigilo dos eleitores tenha sido quebrado a partir de travamentos das urnas eletrônicas. Sem explicar como o problema pode se dar, o engenheiro afirmou que, quando urnas travaram durante a votação, os mesários precisavam reiniciar os aparelhos e, quando esse processo era realizado, o equipamento divulgava o nome completo ou o número do título do eleitor. "Esse ponto é muito sensível, porque o sigilo do ato de votar é constitucional. Quando a gente identifica uma concorrência que viola o sigilo é um tema que traz muita preocupação. Será interessante trabalhar com os colegas do TSE para averiguar", afirmou.

EVARISTO SA/AFP

> O quadro de atraso encontrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referente à implantação de medidas de segurança da informação mínimas necessárias gera vulnerabilidades relevantes. Isso poderá resultar em invasão interna ou externa nos sistemas eleitorais, com grave impacto nos resultados das eleições de outubro"
>
> **Valdemar da Costa Neto,** presidente do Partido Liberal

Ministro fala em "indeferimento inicial"

Brasília – O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, deu prazo de 24 horas para que o Partido Liberal, que pediu a anulação da votação em 279.336 urnas, inclua na ação os dados da suposta auditoria também no primeiro turno das eleições. "As urnas eletrônicas apontadas na petição foram utilizadas tanto no primeiro turno, quanto no segundo turno das eleições 2022. Assim, sob a pena de indeferimento da inicial, deve a autora auditar a petição inicial para que o pedido abranja ambos os turnos das eleições, no prazo de 24 horas", escreveu o ministro.

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), comentou o relatório do PL sobre as urnas. Para ele, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é inquestionável. "O que eu tenho é o conhecimento nacional, de que o resultado e o relatório de urnas válidos são do dia 30 de outubro, quando houve a abertura das urnas e foi dada a vitória do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Considero que esse fato é inquestionável", afirmou.

Já o PSDB criticou o relatório e ação apresentada ao TSE pelo partido do presidente Jair Bolsonaro. "É uma insensatez [o relatório] e terá a objeção das nossas instituições, da comunidade internacional e da sociedade brasileira. O momento é de colaborar democraticamente com a transição de governo", afirmou a direção da legenda, em nota.

EVARISTO SA/AFP

> As urnas eletrônicas apontadas na petição foram utilizadas tanto no primeiro turno, quanto no segundo turno das eleições 2022. Assim, sob a pena de indeferimento da inicial, deve a autora auditar a petição inicial para que o pedido abranja ambos os turnos das eleições, no prazo de 24 horas"
>
> **Alexandre de Moraes,** presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.